

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA
REDONDA CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

GABRIELA BOTELHO DE LIMA SILVA

**PERSPECTIVAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
BRASIL**

VOLTA REDONDA - RJ 2020

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA
REDONDA CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

**PERSPECTIVAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Nutrição do
UniFOA, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em
Nutrição.

Acadêmica: Gabriela Botelho de Lima
Silva

Orientador: Prof. Dr. Alden dos Santos Neves

VOLTA REDONDA - RJ 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S586p Silva, Gabriela Botelho de Lima
Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. /
Gabriela Botelho de Lima Silva. – Volta Redonda: UniFOA, 2020.

20 p. II.

Orientador (a): Alden dos Santos Neves

Monografia (TCC) – UniFOA / Curso de Nutrição, 2020.

1. Nutrição - TCC. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Direito humano – alimentação adequada. 4. PNSAN. 5. PLANSAN. 6. CONSEA. I. Neves, Alden dos Santos. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD 613

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:
**PERSPECTIVAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
BRASIL**

Elaborado por Gabriela Botelho De Lima Silva, apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Nutrição.

Aprovada em xx de maio de 2020 Banca
Avaliadora:

.....
Professor Orientador

Doutor Alden dos Santos Neves, Perspectivas Para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, Centro Universitário de Volta Redonda

.....
Professora Avaliadora

Mestre Ana Paula Caetano de Menezes Soares, Perspectivas Para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, Centro Universitário de Volta Redonda

.....
Professora Avaliadora

Mestre Ana Lucia Torres Devezas Souza, Perspectivas Para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, Centro Universitário de Volta Redonda

Dedico este trabalho aos meus familiares que me apoiaram em todos os momentos da faculdade, a Deus por me dar oportunidade de continuar a seguir esse caminho e me dar forças para terminar esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Ana Lúcia por ter me ajudado em todos os quesitos, sempre me incentivando a não desistir desse curso, obrigada por ter me apoiado nos momentos em que mais precisei.

Aos mestres por terem compartilhado de cada conhecimento, vocês foram e são importantes em cada trajetória desse curso, obrigada por terem passado tudo e mais um pouco ao longo desse caminho e pela paciência no decorrer do trabalho.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo apresentar o direito a Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como garantia o direito humano a alimentação adequada e saudável, um termo abordado desde a década de 30 por Castro, mas só teve significância na década de 80, mostrou-se que com a extinção do CONSEA nos anos 90 comprometeu o direito a alimentação saudável de todos os cidadãos. O texto também aborda a criação do programa Fome Zero para a população mais vulnerável a fome e a saída do Brasil no mapa da fome em 2014 tirando muitas famílias em situações de fome. A SAN pode assegurar a participação social e a gestão intersetorial no sistema, na política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram utilizadas buscas em sites eletrônicos como Scielo, Google Acadêmico, Capes, foram selecionados os estudos nos quais apresentavam significância sobre a segurança do alimento. Foram selecionados 50 artigos, dos quais 21 concluíram que a segurança alimentar e nutricional teve melhoria para o acesso a alimentação da população. Entretanto, desses artigos alguns constataram que depois da crise econômica muitos cidadãos não conseguiram ter o acesso a alimentos suficientes para por na mesa. A garantia de segurança alimentar e nutricional teve fortalecimento de acordo com a criação de programas das políticas públicas. Como o Plano Nacional de alimentação e nutricional, Política nacional de segurança alimentar e nutricional e o Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com esses programas foi possível ter melhorias para a população em situações de pobreza e insegurança alimentar. Porém o Brasil ainda precisa de melhorias em relações governamentais para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e assim assegurar com que todos tenham acesso a uma alimentação de qualidade daqui a alguns anos.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e Nutricional; Direito humano á alimentação adequada; Políticas nacional de segurança alimentar e nutricional;

ABSTRACT

The work aimed to present the right to Food and Nutritional Security, which is guaranteed by the human right to adequate and healthy food, a term addressed since the 1930s by Castro, but it only had significance in the 1980s, proved to be that with the extinction of CONSEA in the 1990s, the right to healthy food for all citizens was compromised. The text also addresses the creation of the Zero Hunger program for the population most vulnerable to hunger and Brazil's departure from the hunger map in 2014, taking many families out of hunger. SAN can ensure social participation and intersectoral management in the National Food and Nutrition Security System, policy and plan. Searches on electronic sites such as Scielo, Google Scholar, Capes were used, studies were selected in which they presented significance about food safety. Fifty articles were selected, of which 21 concluded that food and nutrition security had improved access to food for the population. However, from these articles some found that after the economic crisis many citizens were unable to access enough food to put on the table. The guarantee of food and nutritional security was strengthened according to the creation of public policy programs. Like the National Food and Nutrition Plan, National Food and Nutritional Security Policy and the National Food and Nutritional Security System, with these programs it was possible to make improvements for the population in situations of poverty and food insecurity. However, Brazil still needs improvements in government relations to guarantee Food and Nutritional Security and thus ensure that everyone has access to quality food in a few years' time.

Keywords: Food and nutrition security; Human right to adequate food; National food and nutrition security policies;

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. MÉTODOS.....	13
3.DESENVOLVIMENTO.....	14
3.1 Como a SAN Foi Estruturada nas Políticas Públicas.....	14
3.2 Segurança Alimentar e Nutricional atualmente.....	15
3.3 PLANSAN (Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) PNSAN (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).....	16
4.CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS.....	18

LISTA DE SIGLAS

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHHA - Direito Humano a Alimentação Adequada

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PLANSAN- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a garantia de todos, em condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis (ANDRADE; NASCIMENTO, 2010).

A história se inicia entre 1914 – 1918 que foi durante o período da Primeira Guerra Mundial na Europa, onde o termo segurança alimentar passou a ser utilizado. O conceito nessa época tinha estreita ligação com o conceito segurança nacional, com intuito de demonstrar que cada país deveria produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas e militares, no entanto o conceito de SAN começa a ganhar força a partir da Segunda Guerra Mundial que aconteceu entre (1939-1945), após o fim da guerra foi constituída as Nações Unidas em 1948. A crise mundial de produção de alimentos, que ocorreu em meio a década de 70 levou a Conferência Mundial de Alimentação de 1974, e constatou que a garantia de Segurança Alimentar passaria por uma política de armazenamento estratégico e de ofertas de alimentos. Com isso, não era suficiente só produzir alimentos, mas também garantir a regularidade do abastecimento (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

Em 1980, no Brasil várias mobilizações e movimentos sociais foram reivindicados com a redemocratização do país, para ampliar os direitos, para a luta pela redução das desigualdades sociais. Apesar de Josué de Castro apontar o problema que a fome desencadeava no Brasil em especial no Nordeste em meados a década de 30, o termo segurança alimentar surgiu, no Brasil, apenas nos anos de 1980, isso não significa que anteriormente não houvesse preocupações com a segurança alimentar, ou de que o país não sofresse influência, ou não influenciasse nas discussões mundiais sobre o assunto, pois o Brasil sempre manteve um papel relativamente ativo neste tema internacionalmente (IPEA, 2014).

Encerrando a década de 80 e dando início a década de 90, o conceito de Segurança Alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros, de qualidade, produzidos de forma sustentável, incorporando a ideia de

acesso à informação. Em 1990 surgiu incidências sobre propostas de SAN no Brasil, ao mesmo tempo em que o governo passou a desenvolver algumas políticas públicas voltadas a questão alimentar (BETTO, 2004).

Segundo Macedo et al. (2009) em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, estabelece como objetivo prioritário de sua gestão a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate a fome. Lançou o projeto Fome Zero, em 2003 foi uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano á alimentação adequada á pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional buscando inclusão social e a conquista da cidadania de uma população mais vulnerável a fome.

Um dos meios que fizeram o Brasil sair do mapa da fome em 2014 foi o mercado de trabalho aquecido os trabalhadores tiveram mais oportunidades de trabalho, a elevação do salário mínimo permitiu que os mais pobres conseguissem comprar alimentos, a criação do Programa Bolsa Família para as mães de famílias, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), (CAMPELLO; COSTA; FALCÃO, 2014)

Pouco após ser promulgada a nova Constituição, as forças políticas mais progressistas e parte representativa da sociedade brasileira começaram a se mobilizar em prol da luta contra a fome, que expressava a manifestação mais aguda da pobreza. Em 1991, Luís Inácio Lula da Silva, liderou o chamado "governo paralelo" que se organizou com o governo de Collor de Melo, e assim divulgou-se a proposta de Política de Segurança Alimentar. Dois anos depois essa proposta foi entregue ao recém empossado presidente Itamar Franco, que substituíra Collor de Mello. Nela, se previa a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que veio a ocorrer em maio de 1993 com o objetivo de gerar emprego e renda, democratização de terra e combater a desnutrição infantil. (MOURA, 2009)

Em 1994 realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, sob a coordenação do CONSEA, que deixou como legado um conjunto de resoluções que tiveram muita influência no movimento de segurança alimentar no país. Mas veio a significar uma frustração, pois suas diretrizes não puderam ser aplicadas, já que o governo empossado no ano seguinte redefiniu a orientação da política social, deixando de considerar o combate à fome como uma prioridade e extinguindo o CONSEA (CAMPELLO; COSTA, FALCÃO; 2014).

Porém, em 1995, o primeiro mês de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto, o que comprometeu o processo de garantia do direito humano à alimentação adequada em todas as esferas de governo. Foi preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, sendo marcado pelo desmonte de políticas sociais. Essa extinção do CONSEA abrange uma afronta à democracia e um retrocesso social, que por sua vez desmonta um espaço de participação, em um dos pilares da democracia do Estado (BELIK; GRAZIANO; TAKAGI; 2001 p. 119 - 129).

No início do ano 2000 o CONSEA foi retomado com relação à vários fatores: um deles foi o agravamento da situação de pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, aprofundada pela crise econômica e pelo aumento do desemprego no final da década de 90. O CONSEA chegou a funcionar por apenas dois anos (BELIK; GRAZIANO; TAKAGI; 2001 p. 119 - 129).

Défcits sociais históricos explicam porque os pobres não têm aproveitado deste Brasil com oportunidades de desenvolvimento econômico apresentado, justificamse uma ação contundente do Estado para ampliar suas capacidades. A pobreza se manifestava nas suas diferentes faces, à maioria dos extremamente pobres, eram nordestinos, negros e crianças. Para garantir políticas que chegassem a tocar estas diferentes faces e suprir as diferentes privações, usavam o Cadastro Único para Programas Sociais como um grande mapa da pobreza, que foi o guia. Esse mapa foi a construção de um grande mapa de oportunidades, a partir das ações de todos os ministérios e parceiros do Brasil sem Miséria. Em 2010, teve início as discussões sobre os próximos passos necessários para garantir a continuidade da redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Havia um consenso entre especialistas de diferentes campos acerca da necessidade de aprofundar os avanços sociais alcançados, com a saída de 28 milhões de brasileiros da pobreza desde o início da gestão do Presidente Lula em 2003. Em 2010 o Censo apresentava o diagnóstico mais recente sobre o perfil dos 16,2 milhões de extremamente pobres distribuídos pelo país todo. Segundo seus dados, a extrema pobreza era majoritariamente negra (71%), concentrada na região Nordeste (60%) e composta por um percentual significativo de crianças e adolescentes de 0 a 14

anos (40%). Homens e mulheres estavam distribuídos de forma semelhante, embora as mulheres representassem um pouco mais da metade (51%).o mercado interno e de promoção da segurança alimentar e nutricional. A estratégia de combate à pobreza contribuiu igualmente para a superação do quadro de fome e para a construção de instrumentos de governança, transparência e participação da sociedade, como a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2003.O Brasil apresentou avanços expressivos no enfrentamento e na superação de algumas de suas maiores dificuldades. Assim foi em relação à fome, que atingia até data recente um contingente significativo de sua população. Da mesma maneira, conseguiu-se reduzir a pobreza, propiciando dignidade e acesso a oportunidades que milhões de pessoas até então não podiam aproveitar. Nessas e em outras situações anteriores de nossa história, tais conquistas foram o resultado de uma combinação que sempre demonstrou capacidade de gerar enorme força e efetividade para a transformação. Trata-se do encontro do poder público com a mobilização da sociedade. De um lado, quando o primeiro cria políticas adequadas e as executa com a vontade política necessária para suas realizações. De outro lado, quando a sociedade aparece organizada e engajada e com disposição para uma participação protagonista nesses processos (CAMPELLO; COSTA; FALCÃO, 2014).

De acordo com o relatório da FAO indica que o Brasil só vai alcançar o objetivo de desenvolvimento sustentável de número 2: fome zero até 2030, se houver continuidade nos investimentos em políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis (FAO, 2017).

O objetivo do estudo é identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do DHAA, analisar segundo as perspectivas do desenvolvimento socioambiental sustentável, os desafios atuais da Política de Segurança alimentar e Nutricional para avançar na realização do DHAA e na promoção da soberania alimentar em âmbito nacional.

2. MÉTODOS

O estudo é uma revisão bibliográfica, onde foram realizados levantamentos por meio de artigos achados nos seguintes sites eletrônicos: Scielo; Capes; Google acadêmico e sites governamentais para pesquisas de conselhos e legislações da Segurança Alimentar e Nutricional. Foram utilizados as seguintes palavras chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito humano a alimentação adequada; Política Nacional de segurança alimentar e nutricional.

De acordo com a busca eletrônica foram encontrados 100 artigos na busca inicial, foram selecionados 50 para a leitura. Todos os artigos selecionados apresentavam relação com o tema mostrado, as publicações dos artigos ficaram entre o período de 2001 a 2020, após a leitura destes selecionados apenas 21 demonstraram relação com o estudo sobre a segurança alimentar, o critério de seleção dos 50 artigos foram a leitura dos títulos relacionados ao tema Segurança Alimentar e Nutricional, e os 21 selecionados foram em relação ao contexto do que o artigo abordava e o ano de publicação.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 - Como a SAN foi estruturada nas políticas públicas do Brasil

As políticas públicas são conjuntos de ações e programas decididas pelo governo com participação direta ou indireta, de entes públicos e privados que visa assegurar determinado direito a cidadania. Ou seja, a Segurança Alimentar e Nutricional desenvolveu alguns programas que são uma política pública, pois trazem benefícios aos cidadãos (ARRETCHE; HOCHMAN; MARQUES, 2007).

A primeira política pública da SAN foi a criação da Lei Federal nº 11.246, de 2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que representa e abrange a intersetorialidade da Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa lei foi criado o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para regularizar a atuação do Poder Público com participação da sociedade organizada, além de expor e implementar planos, programas e ações com o intuito de manter o direito à alimentação (CASTRO, 2010).

A Segurança Alimentar e Nutricional tem sido definida como um eixo do desenvolvimento e um objetivo estratégico das políticas públicas nacionais

fundamentadas no princípio da soberania alimentar e do direito à alimentação.(Vasconcellos; Moura, p.2, 2018)

Dentre alguns programas está o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos: que foi instituído no artigo 19 da lei 10.696 de 2 de julho de 2003, como uma das ações do programa fome zero, o PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, suprir a renda dos agricultores e disponibilizar uma alimentação diversificada á população. O PAA ganhou espaço nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e também chamou muita atenção para o mercado internacional (ARAÚJO; BATISTA; GASPARONI; LANA; LÚCIA; RIBEIRO; SANTOS; PRIORE. 2016).

Na década de 2000 outra política pública foi desenvolvida que foi o Programa do Bolsa Família com o intuito de trazer renda para famílias em situações vulneráveis em relações econômicas e sociais. Ou seja, o programa visa suprir as necessidades básicas da população e para receber o benefício teria que se enquadrar em alguns quesitos como por exemplo: acompanhamento na saúde (exames e outros) e a frequência dos filhos na escola (FERREIRA; SOUZA, 2018).

Com relação á sua institucionalização, afirma-se que nos últimos anos as políticas públicas foram bem investidas relacionadas as questões alimentares (CASTRO,2010).

3.2- Segurança Alimentar e Nutricional Atualmente

No Brasil a Segurança alimentar e Nutricional conseguiu com que muitos cidadãos deixassem de conviver com a fome, com as criações de ações e programas de políticas públicas envolvidas com a segurança alimentar e nutricional, a fome não tem sido um problema enfrentado para algumas pessoas pois com a saída do mapa da fome o Brasil tirou por meio de políticas públicas e do governo muitas famílias em situações de fome (OLIVEIRA; NEVES,2017).

A luta contra fome no Brasil foi planejada como obrigação do estado, sendo assim a pobreza e a insegurança alimentar foram reduzidas no período de 2004 a 2014, com o impacto da crise econômica a segurança alimentar e nutricional foi

ameaçada no Brasil, pois depois de 2014 o país enfrentou uma grande crise econômica e a instabilidade política. Essa crise levou ao agravamento de renda para os trabalhadores rurais e urbanos, o índice de pessoas desempregadas aumentou e a inflação levou ao aumento nos preços de alimentos, com isso muitas pessoas já não estavam conseguindo suprir suas necessidades alimentares pois, sem renda e com o aumento dos preços de produtos alimentícios o acesso ao alimento de boa qualidade e em quantidades suficientes não eram mais possíveis (CORRÊA; QUIÑONEZ; SOUZA; VILLE, 2019).

Atualmente o Brasil não tem o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, esse conselho tinha como papel principal exercer o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional . Com a extinção do CONSEA o funcionamento do SISAN fica fragilizado e compromete a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHHA) é um cenário preocupante em meio a uma crise econômica, com isso á indícios de que o Brasil poderá retornar ao mapa da fome (CASTRO, 2019).

3.3- PLANSAN (Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e PNSAN (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)

Em 25 de agosto de 2010, foi criada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) por meio do decreto nº7272 com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA) em todo território brasileiro. A partir deste decreto elaborou-se o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contendo políticas, programa e ações como principal mecanismo de planejamento (OLIVEIRA, 2018).

O I Plansan 2012-2015 buscou objetivar e dar visibilidade à intersetorialidade, um dos princípios organizativos da SAN. Ao tornar a intersetorialidade como um de seus objetivos, o Plansan mostrou conforme previsto em legislação a importância da descentralização, da interação e da integração entre órgãos estatais e sociedade civil com vistas à consolidação de um modelo concreto das políticas de SAN. O I Plansan 2012-2015, foi criado pela Câmara Interministerial

de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) com a finalidade de fortalecer programas e ações das diretrizes de Política Nacional de SAN. O plano contou com 10 desafios que propuseram acabar com a pobreza e a insegurança alimentar, oferecendo a promoção da produção familiar e sustentável, e dando ênfase na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (CAISAN, 2011).

De acordo com Guimarães; Silva (2020) afirmam-se que o I Plansan formulou um conjunto de dez desafios, desdobrados em oito diretrizes. Para cada um foram definidos objetivos, metas e iniciativas, que corresponderiam, em cerca de 70%, ao Plano Plurianual 2012-15, “fato que traz para a esfera estratégica do planejamento da ação pública a tão procurada intersetorialidade, além de garantir plenas condições para sua implementação.

O I PLANSAN deixou alguns objetivos para a formulação do II PLANSAN: primeiramente, a) o Plano deve ser estratégico e elaborar metas para ajudar a sociedade b) temas irregulares também devem ser inclusos; c) No período de quatro anos deve sempre apresentar os seus objetivos ; e d) deve sempre acompanhar e monitorar as situações da população como: os povos indígenas, negros, mulheres, crianças e os quilombolas. A V Conferência nacional de segurança alimentar e nutricional ocorreu em 2015 no Brasil, que apresentou como tema “Comida de verdade no campo e na cidade” e que conseguiu elaborar os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, com a confirmação do DHAA, através da gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no II PLANSAN. Em dever das diretrizes nacionais de segurança alimentar e nutricional, foi elaborado o II PLANSAN é responsável por apresentar objetivos e iniciativas em relação a segurança alimentar e nutricional, e apresentar custos públicos aos órgãos brasileiros (GUIMARÃES; SILVA, 2020).

A V Conferência foi definida como uma Carta Política, com prioridades e diretrizes para a criação do II PLANSAN. Assim, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), juntamente com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), estabeleceu na Carta formar o plano para o período 2016-2019. O II PLANSAN foi formulado com base em nove desafios brasileiros na garantia de SAN (CAISAN, 2017).

Os autores descrevem em seus estudos o que ocorreu desde a criação da segurança alimentar e nutricional até o momento, para eles a SAN tem como seu objetivo assegurar o direito a alimentação de toda a população. Porém pode ver no estudo que o Brasil mesmo tendo saído do mapa da fome ainda é um país onde a fome é severa em alguns estados, com a criação das políticas públicas pode observar que houve melhora em alguns aspectos mais que a SAN ainda precisa ser muito discutida e se tornar mais presente para a população em situações precárias. Mesmo que o termo segurança alimentar tenha surgido, no Brasil, somente em meados dos anos de 1980, isso não significa que anteriormente não houvesse preocupações com a segurança alimentar, ou de que o país não sofresse influência, ou não influenciasse nas discussões mundiais sobre o assunto, pois o Brasil sempre manteve um papel relativamente ativo neste tema internacionalmente (ANDRADE, 2010; BURITY, 2010; CAMPELLO, 2014).

4. CONCLUSÃO

O que pode concluir desse estudo é que as políticas públicas voltadas a segurança alimentar e nutricional pode trazer benefícios á população, por meio de programas como: SISAN, PAA, PBF que são políticas voltadas para uma melhor alimentação, conseguindo assim ter uma alimentação diversificada melhorando suas necessidades essenciais, com isso muitas famílias saíram da situação de pobreza extrema porém ainda precisa de muitos investimentos para a melhoria e continuação dessas políticas. Junto a esses programa o Brasil vem evoluindo em relação a segurança alimentar, porém com a crise econômica e a extinção do CONSEA, o país compromete o direito a alimentação das pessoas que não tem condições de ter acesso a alimentação saudável.

Por fim, o PNSAN e PLANSAN com suas diretrizes voltadas a acabar com a pobreza e insegurança alimentar das famílias em situações de necessidades e pode assegurar o direito a alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE; NASCIMENTO - Segurança Alimentar e Nutricional pressuposto para uma nova cidadania, **Cien. Cult.** São Paulo, v.62, n.4, 2010.

AMARAL; BASSO - Brasil, Ministério do desenvolvimento Social e Combate a fome. Brasília, 2014.

ARAÚJO; BATISTA; GASPARONI; LANA; LÚCIA; RIBEIRO; SANTOS; PRIORE Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.2, p.494-504, 2016.

ARRETCHE; HOCHMAN; MARQUES - Políticas Públicas no Brasil, **Edit. Fiocruz.** Rio de Janeiro, 398p, 2007.

BARBOSA; JERÔNIMO; MACEDO; OLIVEIRA; TEIXEIRA - A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, **Rev. Simbio- Logias**, v.2, n.1, maio/2009.

BETTO, frei(org). Fome zero-Textos fundamentais. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BELIK; GRAZIANO; TAKAGI. São Paulo em perspectiva n.15, p.119 - 129, 2001.

BROCH; CERATTI; RIBEIRO - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul, **Rev. GEDECON**, RS, v.1, n.01, 2013.

BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE - **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 204p, 2010.

<http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/>

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caixa_n.pdf

CAMPELLO; COSTA; FALCÃO - BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Brasil sem miséria. Brasília, 848p, 2014.

CASTRO - Pesquisar sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: a que viemos?, **Ciê. e Saúde Coletiva**, n.15, p.26 - 28, 2010

CASTRO - A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Saúde Pública**, v.2, n.35, 2019.

GUIMARÃES; SILVA - I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em Perspectiva Intersectorial, **Serv.Soc. Soc.** São Paulo, n.137, 2020.

MOURA - Ciências Sociais em Perspectivas, v., n.15, p. 87 - 109, 2009.

OLIVEIRA - A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN): relatos fatos históricos e processo de elaboração, **Tempus. Actas de saúde colet**, Brasília, v.11, n.4, p.59 - 75, 2018.

OLIVEIRA; NEVES - Segurança Alimentar e Nutricional no BRASIL: Avanços e Desafios a serem enfrentados, **Rev. Aps.** n.20, v.2, 2017.

SOUSA; CORÊA; VILLE; QUIÑONEZ; - Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. **Saúde Pública** 2019. v. 35, n.7.

SILVA, N. M. G.; CESARIO, A. V.; CAVALCANTI, I. R. Relevância do agronegócio para economia brasileira atual. X Encontro de Iniciação à Docência, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SILVA -A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação (Texto para Discussão no 1953). Brasília: IPEA, 2014.

VASCONCELLOS; MOURA - Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização. **Cad. Saúde Pública**, Brasília, v.2, n.34, 2018.